



Diário Oficial do Poder Legislativo

3TM Sess.,o Legislativa
da 12TM Legislatura

ANO XLVI

RIO BRANCO - AC, 7 DE MAIO DE 2009

N.º 3745

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

TAUMATURGO LIMA
1^o Secretário

ELSON SANTIAGO
2^o Secretário

HELDER PAIVA
1^o Vice- Presidente

ANTONIA SALES
2TM Vice- Presidenta

WALTER PRADO
3^o Secretário

NOGUEIRA LIMA
4^o Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Ney Amorim
BPR - Moisés Diniz
PMDB - Chagas Romão
PSDB - Donald Fernandes
PP - Maria Antonia
DEM - Nogueira Lima
PSB - Delorgem Campos
PPS - Idalina Onofre
PMN - José Luis
PTN - José Carlos
PT do B - Gilberto Diniz
Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Taumaturgo Lima, Francisco Viga,
Merla Albuquerque, Ney Amorim, Perpétua
de S.
PPS - Idalina Onofre.
PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.
PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga,
Mazinho Serafim.
BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz,
Helder Paiva.
PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.
PMN - José Luis, Elson Santiago.
PP - Maria Antonia.
DEM - Nogueira Lima
PTN - José Carlos.
PT do B - Gilberto Diniz.
Sem Partido - Luiz Calixto.
PR - Josemir Anute.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO N. 64/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Deputados Edvaldo Magalhães e Moisés Diniz, integrantes do Bloco Popular Republicano – BPR para, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 2 a 5 de abril de 2009, tratarem de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 2 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 65/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Walter Prado, integrante do Partido Socialista Brasileiro - PSB para, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 6 a 11 de abril de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a cinco diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 2 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 74/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Edvaldo Magalhães, integrante do Bloco Popular Republicano – BPR para, nos municípios de Santa Rosa do Purus e Cruzeiro do Sul - AC, nos dias 18 e 19 de abril de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a duas diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 21 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário, em exercício

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 75/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Taumaturgo Lima, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT para, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 17 a 21 de abril de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 20 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário, em exercício

Deputado Helder Paiva
Presidente, em exercício

Deputado Moisés Diniz
2º Secretário, em exercício

RESOLUÇÃO N. 76/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Solónidas Nascimento Maia, Auxiliar Legislativo, CL "C", COD.PL-NB-401, Ref. 14, para município de Cruzeiro do Sul - AC, nos dias 26 a 29 de abril de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 28 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 77/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Luiz Calixto, integrante do Partido Democrático Trabalhista - PDT para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 1º a 4 de maio de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a três diárias para custeio das despesas previstas

no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 30 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 78/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado José Luis, integrante do Partido da Mobilização Nacional - PMN para, na cidade de Brasília - DF, nos dias 27 e 28 de abril de 2009, tratar de assuntos de interesse deste Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 30 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 79/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os senhores João Roberto Braña Bezerra, Subsecretário de Publicidade e Jair Ribeiro dos Santos, Assessor Especial de Políticas Públicas para, no município de Cruzeiro do Sul - AC, nos dias 28 e 29 de abril de 2009, tratarem de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a uma diária para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 30 de abril de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 80/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR a Resolução n. 147/2007, de 21 de maio de 2007, que concedeu licença para desempenho de mandato no Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado do Acre -, SINDSPLAC, aos servidores Assem Ayache Sobrinho, Consultor Legislativo, CL."C", CÔD.PL-NS-101, Ref. 15, Francisco Ferreira da Cunha, Técnico Legislativo, CL."D", CÔD.PL-NM-301, Ref. 21 e Valdete Chavier de Lima, Auxiliar Legislativo, CL."C", CÔD.PL-NB-401, Ref. 15, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 5 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 81/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA para desempenho de mandato no Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo do Estado do Acre - SINDSPLAC, pelo período de três anos, sem prejuízo de suas remunerações, aos servidores Sebastião Sérgio Onofre de Souza, Apoio Legislativo, CL."C", CÔD.PL-NE-501, Ref. 15, Edite Lima de Albuquerque, Técnico Legislativo, CL."C", CÔD.PL-NM-301, Ref. 18, e Alzira Borges Guimarães, Auxiliar Legislativo, CL."D", CÔD.PL-NB-401, Ref. 19, todos do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, na condição de Presidente e membros eleitos da diretoria do referido Sindicato, em conformidade com o que determina o art. 139 da Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 6 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 82/2009

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Deputado Walter Prado, integrante do Partido Socialista Brasileiro - PSB para, na cidade de São Paulo - SP, nos dias 4 a 9 de maio de 2009, tratar de assuntos de interesse do Poder Legislativo.

Art. 2º Fica atribuído o equivalente a cinco diárias para custeio das despesas previstas no artigo anterior.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 6 de maio de 2009.

Deputado Taumaturgo Lima
1º Secretário

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

ATOS DO PRIMEIRO SECRETÁRIO

PORTARIA N.130/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 488/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Marnise Nunes da Luz**, Técnico Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NM-301, Ref. 15, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 22 de abril a 21 de maio de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 20 de abril de 2009.


Deputado **Elson Santiago**
1º Secretário, em exercício


Solonidas Nascimento Maia
Secretário Executivo, em exercício


PORTARIA N.131/2009

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, tendo em vista o que consta no **Processo n. 507/2009**, da Secretaria Executiva deste Poder, concede à servidora **Maria do Socorro Menezes Diogo**, Auxiliar Legislativo, CL. "C", CÓD. PL-NB-401, Ref. 18, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, **um mês de Licença-Prêmio**, a contar de 4 de maio a 2 de junho de 2009, nos termos do art. 36 da Constituição Estadual de 3 de outubro de 1989, c/c a Lei Complementar n. 39, de 29 de dezembro de 1993.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Deputado **Taumaturgo Lima**
1º Secretário


Solonidas Nascimento Maia
Secretário Executivo, em exercício

ATOS DA SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA N.169/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, a senhora **Lidayane da Silva Caitano**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-01**, do gabinete do Deputado **Josemir Anute**, integrante do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia
Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 170/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Marcio Roberto da Fonseca**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-26**, do

gabinete da Deputada **Perpétua de Sá**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 171/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Marcelo Alves de Souza**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-10**, do gabinete do Deputado **Francisco Viga**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 172/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Silmarques Serafim de Souza**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, **SP-EG-10**, do gabinete do Deputado **Chagas Romão**, integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 173/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, do cargo em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro - PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2009:

Sebastião Azevedo Ferreira	SP-EG-21;
Moisés Vidal Barros	SP-EG-26;
Maria Alice da Silva Souza	SP-EG-26; e
Jairo de Oliveira Silva	SP-EG- 26.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 174/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, do cargo em comissão de Secretários Parlamentares, que atuaram junto ao gabinete do Deputado **Walter Prado**, integrante do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2009:

Renildo Soares de Oliveira	SP-EG-23;
Karine Geber de Lima	SP-EG-26;
Richard Moura Rocha	SP-EG-26; e
Vera Lucia Teixeira da Silva	SP-EG- 22.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIAN. 175/2009
A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-01** para **SP-EG-02**, do senhor **Aurimar Fidelis Aragão**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Mazinho Serafim**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIAN. 176/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-11** para **SP-EG-16**, do senhor **Fernando Frota de Azevedo**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete da Deputada **Perpétua de Sá**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIAN. 177/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-13** para **SP-EG-04**, da senhora **Djanane Cristine L. C. Maurer**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro - PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretaria Executiva, em exercício

PORTARIAN. 178/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de Secretários Parlamentares, que atuam junto ao gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de abril de 2009:

Jorge Ney Pontes Araújo	de SP-EG-14 para SP-EG-01; e
Francisco Nunes Pereira	de SP-EG-08 para SP-EG-02.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretario Executivo, em exercício

PORTARIAN. 179/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-19** para **SP-EG-04**, da senhora **Maria Augusta Silva Rodrigues**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Taumaturgo Lima**, integrante do Partido dos Trabalhadores - PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 2 de março de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIAN. 180/2009

A SECRETARIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

ALTERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o nível de vencimento de **SP-EG-26** para **SP-EG-24**, do senhor **Sidney Vieira da Mota**, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, junto ao gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro - PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIAN. 181/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008; a senhora **Herica Macedo Granzotto**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar **SP-EG-05**, do gabinete do Deputado **Ney Amorim**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solónidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 182/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para
exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Chico Viga**,
integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos
financeiros retroativos a 2 de março de 2009:

Maria Doroti da Silva Costa	SP-EG-01; e
Maria José de Santana	SP-EG-01.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 183/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas
atribuições legais etc.,

RESOLVE:

CONCEDER trinta dias de Férias regulamentares aos servidores a seguir relacionados, a
partir de 4 de maio a 2 de junho de 2009.

NOMES	PERIODO AQUISITIVO
Álvaro Celso Ramos Aragão	1º.5.06 a 1º.5.07
Ana Maria Brandão da Silva	1º.5.08 a 1º.5.09
Arlindo D'Oliveira Pinheiro	6.2.08 a 6.2.09
Augustinho Barroso Soares	1º.4.08 a 1º.4.09
Ednar Marta de Medeiros	1º.3.08 a 1º.3.09
Edith Brás de Oliveira	6.1.07 a 6.1.08
Etã Barbosa de Alencar	1º.4.07 a 1º.4.08
Francisca Nonato de Figueiredo	25.2.08 a 25.2.09
Gilberto Vinicius Moreira de Medeiros	1º.6.07 a 1º.6.08
Guilhermina Barroso dos Santos	1º.2.07 a 1º.2.08
Honorã Ortega do Valle	15.1.08 a 15.1.09
Jayne Rodrigues Terêncio de Souza	15.2.07 a 15.2.08
Jeane Cynara Gonçalves de Souza	15.1.08 a 15.1.09
Maria do Socorro Rufino	1º.5.07 a 1º.5.08
Maria Helena Vilela França	1º.2.08 a 1º.2.09
Maria José da Silva Sena	1º.5.07 a 1º.5.08
Maria Olívia Lima de Moura	13.6.07 a 13.6.08
Márcia Nogueira Sales Oliveira	16.3.07 a 16.3.08
Marlene da Silva Souza Braga	1º.5.06 a 1º.5.07
Mariusu de Carvalho	1º.2.08 a 1º.2.09
Rita Maria Gonçalves de Souza	15.1.08 a 15.1.09
Shirleide Maria Rodrigues de Oliveira	1º.5.08 a 1º.5.09

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 23 de abril de 2009.


Solonidas Nascimento Maia

Secretário Executivo, em exercício

PORTARIA N. 184/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para
exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Walter Prado**,
integrante do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos
financeiros retroativos a 2 de março de 2009:

Valeria Braz Fonseca Valle	SP-EG-12;
Gleiciane de Menezes Valle	SP-EG-10;

Saulo Silva de Oliveira	SP-EG-24;
José Saraiva do Vale Junior	SP-EG-22; e
Vanúcia Alves da Silva	SP-EG-05.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 185/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,


RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para
exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Walter Prado**,
integrante do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos
financeiros a contar a partir de 1º de abril de 2009:

Maria Gabrielle Martins Migueis	SP-EG-12;
Douglas Augusto Prado Bandeira	SP-EG-26; e
Nathália Silva de Souza	SP-EG-10.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva


PORTARIA N. 186/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, a
senhora **Evani Souza da Silva e Silva**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar SP-
EG-26, do gabinete do Deputado **Delorgem Campos**, integrante do Partido Socialista Brasileiro – PSB, na
Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 187/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de
suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, a
senhora **Valcione Oliveira da Rocha**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar SP-
EG-26, do gabinete do Deputado **Mazinho Serafim**, integrante do Partido da Social Democracia Brasileira
– PSDB, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de
abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva


PORTARIA N. 188/2009
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, a senhora **Maria Albanizia Santiago Jucá**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar SP-EG-26, junto ao gabinete do Deputado **Elson Santiago**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 189/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Chico Viga**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de janeiro de 2009:

Valberto Cesar da Silveira Almeida	SP-EG-05;
Paulo Ribeiro da Silva	SP-EG-08;
Daiane Barboza Rebouças	SP-EG-08; e
Madson Rebouças da Silva	SP-EG-07.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIAN. 190/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete do Deputado **Helder Paiva**, integrante do Bloco Popular Republicano – BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros retroativos a 2 de março de 2009:

Maria Sandra da Silva Quadros	SP-EG-26; e
Ronacleudo Silva Afon	SP-EG-03.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIAN. 191/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, para exercer o cargo em comissão de Secretários Parlamentares, junto ao gabinete da Deputada **Perpétua de Sá**, integrante do Partido dos Trabalhadores – PT, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de abril de 2009:

Manoel Albeci Barbosa do Nascimento	SP-EG-26; e
Francisco de Almeida Lima	SP-EG-26.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIA N. 192/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Luiz de Souza Pessoa**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar SP-EG-01, do gabinete do Deputado **José Luis**, integrante do Partido da Mobilização Nacional – PMN, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 2 de março de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

PORTARIAN. 193/2009

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais etc.,

RESOLVE:

NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 43-A, de 15 de maio de 2008, o senhor **Cristhian Magalhães de Souza**, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar SP-EG-23, do gabinete do Deputado **Edvaldo Magalhães**, integrante do Bloco Popular Republicano – BPR, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de abril de 2009.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco, 29 de abril de 2009.


Maria Fernanda Montenegro Aragão
Secretária Executiva

32ª SESSÃO ORDINÁRIA DE DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

- Σ Realizada em 7 de maio de 2009
- Σ Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES
- Σ Secretaria: Deputado TAUMATURGO LIMA

PRESENTES: Deputados Francisco Viga, Ney Amorim, Perpétua de S, Merla Albuquerque e Taumaturgo Lima, do **PT**; Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva e Josemir Anute, do **BPR**; Donald Fernandes e Mazinho Serafim, do **PSDB**; Antonia Sales e Chagas Romão, do **PMDB**; Delorgem Campos, do **PSB**; Elson Santiago e José Luis, do **PMN**; Idalina Onofre, do **PPS**; Maria Antonia, do **PP**; Nogueira Lima, do **DEM**; José Carlos, do **PTN**; Gilberto Diniz, do **PT do B** e Luiz Calixto, **Sem Partido**.

AUSENTES: Deputados Luiz Gonzaga, do **PSDB** e Walter Prado, do **PSB**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) não Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

EXPEDIENTE

Ofício s/n, do Deputado Chagas Rom,,o, Líder do PMDB, encaminhando, respectivamente, como membros titulares e suplentes, os nomes da Deputada Antonia Sales e do Deputado Luiz Calixto, para comporem a Comiss,,o Parlamentar de InquÊrito ã CPI, destinada a apurar os constantes casos de violÍncia sexual no Estado;

Ofício s/n, do Deputado Donald Fernandes, encaminhando, respectivamente, como membros titulares e suplentes, os nomes dos Deputados Donald Fernandes e Mazinho Serafim, para comporem a Comiss,,o Parlamentar de InquÊrito ã CPI, destinada a apurar os constantes casos de violÍncia sexual no Estado;

Ofício s/n, do Deputado MoisÊs Diniz, encaminhando, respectivamente, como membros titulares e suplentes, os nomes dos Deputados MoisÊs Diniz e Helder Paiva, para comporem a Comiss,,o Parlamentar de InquÊrito ã CPI, destinada a apurar os constantes casos de violÍncia sexual no Estado;

Ofício s/n, do Deputado Delorgem Campos, encaminhando, respectivamente, como membros titulares e suplentes, os nomes dos Deputados JosÊ Luis e Delorgem Campos, para comporem a Comiss,,o Parlamentar de InquÊrito ã CPI, destinada a apurar os constantes casos de violÍncia sexual no Estado;

Ofício s/n, do Deputado Ney Amorim, encaminhando, respectivamente, como membros titulares e suplentes, os nomes dos Deputados Ney Amorim e PerpÊtua de S,, para comporem a Comiss,,o Parlamentar de InquÊrito ã CPI, destinada a apurar os constantes casos de violÍncia sexual no Estado;

IndicaÁ,,o n. 49/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando que seja encaminhado expediente ao ExcelentÍssimo Senhor Governador do Estado para que possa providenciar a construÁ,,o de uma escola de ensino fundamental e mÊdio, assim como barcos para transporte da produÁ,,o agrÍcola para as aldeias Novo Recreio e Boca Tapada ã N-was, localizada ãs margens do rio Moa no MunicÍpio de M,ncio Lima;

IndicaÁ,,o n. 50/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando que, apÔs ouvido o plen-rio, solicitando que seja encaminhado expediente ao IlustrÍssimo Senhor Superintendente do Banco do Brasil para que possa viabilizar a instalaÁ,,o de um caixa eletrÚnico para o aeroporto do MunicÍpio de Cruzeiro do Sul;

IndicaÁ,,o n. 51/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando que seja encaminhado expediente ao ExcelentÍssimo Senhor Governador do Estado, para que atravÊs da Secretaria Estadual de EducaÁ,,o ã SEE, possa ampliar o Ensino de Jovens e Adultos ã EJA para o ensino fundamental da 5TM a 8TM sÊrie da Escola Estadual Manoel Braz de Melo, localizada na Estrada do Pentecostes ã Vila Assis Brasil no MunicÍpio de Cruzeiro do Sul;

IndicaÁ,,o n. 52/2009, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, solicitando que seja encaminhado expediente ao ExcelentÍssimo Senhor Governador do Estado, para que atravÊs da Secretaria Estadual de EducaÁ,,o ã SEE, possa providenciar uma reforma na Escola Estadual de 1TM a 4TM sÊrie Pedro de Moraes localizada na comunidade S,,o Salvador ã rio Moa no MunicÍpio de M,ncio Lima.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputada **IDALINA ONOFRE** (LÍder do PPS) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Deputada Antonia Sales, primeira dama de Cruzeiro do Sul, com todo mÊrito e, diga-se de passagem, muito elegante.

A Última viagem que fizemos ao Vale do Juru- foi por ocasi,,o da visita do Presidente Lula ao MunicÍpio de Cruzeiro do Sul. E naquela oportunidade, eu fiquei atenta ao discurso do Governador do Peru, conterr,neo da Deputada Antonia Sales. Inclusive eu tenho a gravaÁ,,o do pronunciamento que ele fez durante o almoÁo, quando disse que no Peru quem n,,o quer trabalhar É mandado embora para casa, mas n,,o É ganhando sal-rio, É demitido. E eu achei muito justa essa posiÁ,,o dele.

No jornal iA GazetaÍ de hoje, est- estampada uma ameaÁa que desde ontem estava sendo passada de pÊ de ouvido para a PolÍcia Militar. Isto É: iA ordem agora É punir. Í

Ontem, ã tarde, eu saÍ pelas as ruas de Rio Branco conversando com os policiais militares e percebi que É grande o descontentamento deles. ... por isso que houve uma manifestaÁ,,o dos PMs que estavam de folga, ou seja, eles n,,o estavam no hor-rio de trabalho. Portanto, n,,o houve greve. Na segunda feira, eu fiquei rodando no centro da cidade, como se estivesse numa pista de FÚrmula Indy, procurando uma brechinha para chegar em minha casa, Deputado Donald, mas eu n,,o fiquei chateada. E outra coisa, na hora que acontece algo violento, o povo vai ãs ruas reclamar. E a maneira que a PM encontrou para protestar, eu n,,o condeno; eu condeno a maneira como a direÁ,,o da corporaÁ,,o est- tratando esse problema.

O Comandante Rom-rio CÊlio foi em Cruzeiro do Sul e passou quinze minutos dando car,,o no pessoal; mas ele n,,o falou em colete, em armamento, em carro, n,,o falou em nada. Aqui a ordem É a mesma. Todo mundo sabe que a PM n,,o tem condiÁies de trabalho. ... sÚ olharmos os jornais e veremos diariamente, denÍcias de violÍncia. E nÔs sabemos que s,,o divulgados apenas 30% dos casos.

No meu entendimento, o Comandante perdeu o respeito da sua categoria. E Deputado Helder Paiva, a BÍblia diz que quem n,,o junta, espalha. Se ele n,,o est- conseguindo unir a sua corporaÁ,,o, no meu ponto de vista, ele n,,o É mais a pessoa talhada para dirigir a corporaÁ,,o, j- que ele n,,o tem mais o respeito da populaÁ,,o e muito menos dos seus subordinados.

Hoje, n,,o se consegue mais as coisas na base da ameaÁa. As pessoas n,,o conseguem prestar bons serviÁos quando est,,o sendo acusadas. E É o que est- acontecendo na PM. Por isso vamos procurar uma pessoa que consiga agregar e colher sugest,,o da corporaÁ,,o sobre como trabalhar. Porque a PM quer trabalhar,sÚ n,,o tem meios.

O Coronel Rom-rio est- a serviÁo do Governo e n,,o da sociedade, porque quando ele expie a situaÁ,,o real da PM, ele mostra com isso que n,,o tem compromisso com a corporaÁ,,o a que ele pertence, e muito menos com a sociedade que ele est- sendo pago para defender. E o que ouvimos hoje, pela boca de qualquer PM É que ele tem um bom sal-rio. Portanto, ele est- muito bem obrigado.

Ent,,o, vamos escolher outra pessoa que possa substituí-lo e vamos dar para o Coronel Rom-rio um cargo buroc-tico. Daqui a pouco, o Governo cria uma secretaria e o coloca l- para defendÍ-lo e n,,o ã sociedade ou a classe a que ele pertence.
(Sem revis,,o do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Sem Partido) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos jornalistas, o respeito que devoto ao Procurador Sammy Barbosa e ao Promotor Danilo Lovisaro, n,,o me impede de afirmar que essa aÁ,,o patrocinada por eles no MinistÊrio PÚblico É descabida, indevida e, sobretudo, burra. Um Promotor com o conhecimento de Danilo Lovisaro e um Procurador com o histÚrico de Sammy Barbosa n,,o poderiam jamais emprestar os seus nomes, as suas fotografias, para manchetar em jornais, ameaÁas desta ordem. Esta aÁ,,o do MinistÊrio PÚblico vai abrir um precedente muito grave para que um cidad,,o que n,,o conheÁa os histÚricos do Promotor e do Procurador faÁa afirmaÁies de que o MinistÊrio PÚblico est- atuando como braÁo armado, braÁo jurÍdico do Governo do PT. Quem assistiu a manifestaÁ,,o e ouviu

as reivindicações dos policiais, sabe exatamente por quais motivos ela ocorreu.

O Ministério Público t, o zeloso que é na manutenção, o da ordem, deveria ser mais cuidadoso no cumprimento das leis, porque uma das reivindicações dos policiais militares é exatamente a lei das promoções que n, o est sendo cumprida, portanto, o Promotor Sammy e o Procurador Danilo como fiscais da lei, deveriam exigir do Governo o cumprimento desta disposição, o legal.

Um outro motivo para a manifestação, o foi o n, o pagamento do risco de vida para os policiais inativos, coisa que na Assembleia eu votei contra, por achar que o benefício deveria ser estendido a todos. Os policiais ganharam o pleito na Justiça e o Ministério Público deveria exigir o cumprimento das decisões jurídicas que determinam o pagamento do risco de vida para todos os policiais, que estejam em atividade ou n, o. Além do mais, o movimento n, o pode ser classificado como motim, porque todos os policiais estavam 3 paisana, desarmados, agindo de forma ordeira e pacífica. Nenhum deles estava em escala de serviço. A nossa sociedade n, o foi prejudicada por esta movimentação, o. O prejuízo que a nossa população, o tem com relação, o a segurança se deve principalmente, ao descaso geral e n, o por uma paralisação, o de um dia que ocupou apenas os policiais que estavam em suas folgas.

O Promotor e o Procurador est, o sendo ingênuos porque esta tentativa do Ministério Público n, o passa, Deputada Antonia Sales, de uma ação, o intimidadora. N, o se esperava isso de um Urg, o que nasceu da Democracia, da representação, o popular e é um atentado ameaçar a livre manifestação, o de quem quer que seja. Imaginem se daqui uns dias o Sinteac fizesse uma manifestação, o, evidentemente, de civis e o Ministério Público dissesse: vamos processar o Edvaldo, o Moisés, a Almerinda porque as aulas est, o paradas?

Creio, e continuo confiando na inserção, o do Promotor e do Procurador. E vou até fazer-lhes uma visita pedindo que desistam dessa ação, o, repito, indevida e, sobretudo burra. Os policiais n, o estavam em serviço, n, o estavam em montinho, n, o realizaram nenhum movimento que impedisse o Governador de entrar ou sair do Palácio. Tanto é que o Governador exerceu seu direito de ir e vir e saiu sim. N, o houve sitiamento, agressão, o. Estavam l os policiais com os seus familiares, insatisfeitos com o comando do Coronel Romário Célio, apenas isso.

O Governador tem que atender os reclames da tropa. Eles n, o o aceitam e n, o o querem mais na direção, o. Sendo assim, ele perdeu as condições de dirigir sua tropa. Ser que a Polícia Militar, que possui dez Coronéis em seu efetivo, n, o d condições ao Governador para que escolha uma dessas pessoas de sua confiança para comandar a tropa? Inclusive, na minha opinião, o, se um comandante perde a confiança da própria tropa é melhor desistir.

(Sem revis, o do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (PSDB) ã Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos da Imprensa, pessoas no Sal, o do Povo Marina Silva, eu gostaria de solicitar, sobretudo da Liderança do Governo, uma atenção, o especial ao Instituto Santa Margarida, que est passando por grandes dificuldades. Embora eu saiba que o Governo ajuda e tem a intenção, o de ajudar sempre, a minha amiga Edileuza, que dirige muito bem aquela casa, est com dificuldades para manter aquelas crianças.

O Instituto Santa Margarida merece, realmente, uma atenção, o especial, porque o trabalho que eles exercem é de uma importância social inquestionável. De forma que eu gostaria que o Líder do Governo tomasse a iniciativa, a partir de agora, se é que j n, o tomou, de fazer chegar 3 aquela casa o necessário para que as nossas crianças, sobretudo as que foram abandonadas ou tiradas do próprio poder, recebam esses benefícios e n, o passem dificuldades.

Muito obrigado.

(Sem revis, o do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) ã Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Sal, o do Povo, como policial militar, aposentado, acho-me no direito de me pronunciar sobre o movimento da PM.

O Ministério Público considerou indisciplina militar o ato dos PMs. Acho que o Doutor Sammy n, o sabe nem o que é indisciplina militar. E eu tenho, j que ele disse que vai fazer uma investigação, o, a obrigação, o, o dever, de pedir que o Ministério Público investigue também as denúncias de desgaste na Polícia Militar e na Segurança Pública do nosso Estado.

A Polícia Militar, hoje, possui apenas três viaturas para fazer o patrulhamento de duzentos bairros.

Estou apresentando um Requerimento, que se Deus quiser vai ser aprovado pelos Deputados, solicitando que o MP investigue também a denúncia do Major Rocha.

Se o Promotor est dizendo que vai investigar, que ele averigue também as condições em que o Governo do Estado est deixando a Segurança Pública. Ai ele vai encontrar muitas irregularidades: s, o viaturas quebradas, que n, o têm condições de andar nos bairros dessa cidade e outras coisas mais.

Agora é um absurdo dizer que cometemos crime militar. Olhe o que é crime militar na Carta Magna, Promotor. Olhe o que é manifestação, o. Agora, se teve erro, que a punição, o seja dada de acordo com o nosso Regimento.

(Sem revis, o do orador)

Deputada **ANTONIA SALES** (PMDB) ã Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoas que se encontram no Sal, o do Povo Marina Silva, sejam bem-vindos. Nada me revolta mais do que perseguição, o. Nós n, o vivemos mais na Ditadura e sim numa Democracia, onde os direitos individuais têm que ser garantidos, tanto é que o glorioso e saudoso Ulisses Guimarães batizou a nossa Constituição, o de 1988 de iConstituição, o Cidad, i. Porque nela est, o garantidos os direitos de todos.

Eu fico revoltada quando vejo no jornal que est, o perseguindo os policiais que se manifestaram pacificamente, porque se fosse eu, teria ido com a minha farda rasgada, e n, o com a calça jeans que eles têm. Teria levado meu revólver enferrujado, para mostrar 3 população, o as condições do nosso aparelhamento. Mas eles foram reclamar das más condições de trabalho 3 paisana, como qualquer cidad, o civil e n, o houve baderna nenhuma para que seja considerado motim, que é quando se rebelam dentro do quartel, armados, para destituir qualquer gest, o: federal, municipal ou estadual. E eles n, o estavam fazendo isso; estavam apenas reclamando, reivindicando os seus direitos, 3 paisana, juntamente com suas esposas.

Vocês imaginam um policial que trabalha em péssimas condições, desmotivado, desvalorizado, com péssimo salário! Ser que queriam que eles estivessem batendo palmas?

Ao invés de querer investigar esses policiais, deveriam investigar o Governo do Estado, para saber o que ele est fazendo com os recursos que s, o repassados para manter a segurança do povo. Esse dinheiro deve ser também para equipar a polícia, que n, o tem carro, n, o tem farda, nem gasolina. Quando a PM é chamada para atender a uma ocorrência, muitas vezes n, o atende por falta de gasolina. Acontece assim em Cruzeiro do Sul e aqui n, o deve ser diferente. E nós Parlamentares, que somos o símbolo da Democracia, assim como os membros da Justiça e também os jornalistas devemos apoi-los, porque eles s, o a segurança da nossa Democracia. Nós precisamos nos unir também, para nenhum deles seja perseguido. N, o podemos querer trazer para nossos dias a Época negra da Ditadura, que n, o cabe mais na cabeça de ninguém. N, o se aceita mais isso. ... algo nojento, que nós repudiamos. Portanto, nós n, o podemos permitir que esses policiais sejam perseguidos, sejam destituídos de suas funções. Nós temos que defendí-los, porque o art. 5º, inciso ã XVI da Constituição, o Federal diz: iTodos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, o, desde que n, o frustrem outra

reuni,,o anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prÈvio aviso ‡ autoridade competentei.

Eles n,,o estavam infringindo nenhum desses incisos do artigo 5], eles est,,o fazendo o que lhes È permitido na ConstituiÁ,,o. Portanto, Senhor Presidente, a voz desse Parlamento tem que se erguer para defender esses cidad,,os.

(Sem revis,,o do orador)

Deputado **MAZINHO SERAFIM** (Lìder do PSDB) ñ Senhor Presidente, Senhores Deputados, Imprensa, visitantes, meu bom dia. Junto com os companheiros que usaram a tribuna, solidarizo-me com a Polìcia Militar que vem sofrendo ameaÁas do Governo, que por n,,o ter coragem de ele prÛprio punir as pessoas que fizeram aquele movimento justo, diga-se de passagem, coloca o MinistÈrio P´blico para conversar com esse pessoal, porque sabe que com o MinistÈrio P´blico È diferente. Mas tenho certeza que os manifestantes n,,o v,,o se deixar intimidar.

Ontem, saiu no jornal A Tribuna; olha como eles s,,o cheios de armaÁies, uma entrevista do Carioca, um perseguidor. E ele colocou no jornal que eu tinha financiado a Polìcia Militar de Sena Madureira para vir participar do movimento aqui em Rio Branco. Ele n,,o prova isso. Os que vieram, n,,o me pediram nada, e se tivessem pedido, eu teria ajudado porque È um movimento justo. Aquele cidad,,o para falar no meu nome, tem que primeiro lavar a boca. N,,o tenho medo dele, mas tenho medo de suas perseguiÁies.

Nunca fiz nada contra ele, mas a Imprensa disse que eu tinha lhe dado uma pisa. Agora se brincar, eu dou, n,,o tenho medo dele; dou-lhe umas m,,ozadas. N,,o sou esse homem violento, mas aquele rapaz precisa aprender a respeitar, eu n,,o falo o nome dele, e ele vem agora colocar nos jornais que eu estou patrocinando a Polìcia Militar de Sena Madureira.

(Sem revis,,o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALH⁄ES**) ñ Deputado Mazinho Serafim, a sua fala ser cortada, porque n,,o se pode ameaÁar ‡ ninguÈm desta tribuna.

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado **GILBERTO DINIZ** (Lìder do PT do B) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estou aqui para fazer uma reivindicaÁ,,o ao Secret-rio de Sa´de, frente ‡ necessidade do Municìpio de Sena Madureira.

O Hospital Jo,,o C,ncio Fernandes est´ necessitando de mais uma ambul,ncia, para atender os casos emergenciais. E feralmente, aos finais de semana, a ambul,ncia desse hospital se encontra aqui em Rio Branco com algum paciente de Sena. PorÈm, se ocorrer um acidente, a vítima ter´ que esperar o retorno do carro ou que alguÈm a ajude.

Diante dessa situaÁ,,o, estou apelando para sensibilidade do Secret-rio de Sa´de, Dr. Osvaldo Leal, para que providencie mais uma ambul,ncia para atender ‡ populaÁ,,o de Sena Madureira, municìpio que fica a cento e cinq,enta e quatro quilÔmetros da Capital.

No Hospital Jo,,o C,ncio n,,o existe Ortopedista, ent,,o quando uma pessoa sofre uma simples fratura tem que vir para Rio Branco. Em virtude da falta desse profissional pedimos, pela exigìncia do caso, que o Secret-rio de Sa´de disponibilize mais uma ambul,ncia para atender ‡ populaÁ,,o de Sena Madureira.

Obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revis,,o do orador)

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (PT) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa e todos que se encontram no Sal,,o do Povo, hoje falarei sobre dois assuntos: o primeiro diz respeito ao Programa Economia Solid-ria, e o outro sobre o movimento da Polìcia Militar.

Quero registrar que hoje, ‡s 9 horas, participei da abertura de um Semin-rio de Gest,,o sobre Economia Solid-ria, onde teve a participaÁ,,o de pessoas de v-rias partes do Brasil. Esse programa tem como objetivo combater a desigualdade, fortalecer a nossa economia e gerar ocupaÁ,,o para a populaÁ,,o do nosso Estado. O Governador ArnÛbio Marques tem como prioridade trabalhar com aquelas pessoas menos favorecidas, com cooperativas, associaÁies, para que possam ter dias melhores.

O outro assunto que eu quero tambÈm abordar diz respeito a esse debate que est´ sendo travado n,,o sÛ aqui na Assembleia Legislativa, mas em todo o Acre em relaÁ,,o ao movimento da PM do nosso Estado.

Fico preocupado com a forma como esse debate est´ sendo questionado aqui, porque sabemos que a PM È uma instituiÁ,,o que tem como finalidade dar seguranÁa para a populaÁ,,o acriana.

Agora, o MinistÈrio P´blico entrou na quest,,o e nÛs conhecemos muito bem o trabalho que È feito tanto pelo Professor e Procurador Lovisaro, quanto pelo Procurador Sammy. S,,o pessoas que tìm realizado um trabalho belíssimo e dado grande contribuiÁ,,o ao nosso Estado. Assim como sabemos que a PM È uma instituiÁ,,o de respeito e age com responsabilidade. Agora n,,o podemos, em momento algum, estar confrontando essas duas instituiÁies. A PM est´ fazendo as suas reivindicaÁies e o MinistÈrio P´blico est´ fazendo o seu trabalho. Alì, ao mesmo tempo se coloca que o Governo do Estado est´ perseguindo os PMs, os Professores, enfim a sociedade. Eu nunca vi uma injustiÁa t,,o grande.

Se lembrarmos do passado, e eu n,,o estou querendo fazer comparaÁ,,o, os movimentos sociais, os sindicatos, as associaÁies, nunca tiveram a oportunidade para tratar dos seus assuntos com o Governo. Foi a Frente Popular que abriu um canal de negociaÁ,,o com essas entidades. Agora dizer que o Governo est´ perseguindo, que a PM est´ em Estado de pen´ria, n,,o concordamos com essas colocaÁies. O Executivo fez investimentos tanto na parte de recursos humanos, quanto na corporaÁ,,o, como por exemplo, o Plano de Cargos Carreiras e Sal-rios.

Fico preocupado porque SeguranÁa È uma quest,,o de responsabilidade do Governo, do MinistÈrio P´blico, da nossa sociedade, enfim, de todos. N,,o estou dizendo aqui que a PM n,,o faz seu papel, mas isso tambÈm n,,o È sÛ responsabilidade da PM do nosso Estado, È nossa tambÈm.

Acho que esse momento È de discuss,,o, de di-logo. N,,o de estar jogando a PM contra o MinistÈrio P´blico e o Governo, fazendo um triangulo para se criar a discÛrdia. Temos que promover o di-logo entre essas instituiÁies porque isso È bom para o meu Estado e para a nossa sociedade.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Sem Partido ñ EM APARTE) ñ Deputado Taumaturgo Lima, o Governador ArnÛbio Marques, em que pese o seu semblante pacato e tranq,ilo, È um homem extremamente duro e, ‡s vezes, inconsequente para um cidad,,o que tem a histÓria forjada dentro dos movimentos sociais. Ent,,o, n,,o se esperava que ele fosse aos meios de comunicáÁ,,o chamar os PMs de baderneiros. Se V.Ex.TM tivesse ido ao Gabinete do Governo no dia da manifestÁ,,o, teria visto que l- n,,o teve qualquer alteraÁ,,o de ordem. Concordo com V.Ex.TM sobre os coment-rios feitos ao Promotor e ao Procurador, ocorre que algumas vezes desconfiamos que esse pessoal sÛ funciona quando È a favor do Governo. Quando È para fazer aÁies contra; o silêncio È o do cemitÈrio. Falei no meu pronunciamento que da forma que o MinistÈrio P´blico acha que tem o direito de acionar os policiais militares que se manifestaram, È tambÈm obrigaÁ,,o do MinistÈrio P´blico verificar as condiÁies de trabalho da PM e o n,,o cumprimento da lei. O problema È que a rua sÛ tem uma via. O pensamento È penso, ele camba para um lado. Reconhecemos o trabalho do MinistÈrio P´blico, mas o trabalho tem que ser isento. N,,o pode sÛ acionar quando È a favor do Governo. Porque o MinistÈrio P´blico n,,o cobra do Governo o cumprimento da lei das promoÁies e das determinaÁies judiciais de pagamento de risco de vida? ... por isso que ‡s vezes as pessoas dizem: iah! O MinistÈrio P´blico est´ sempre a favor do Governo.ì Quero fazer uma recomendaÁ,,o a V.ExTM: o PT est´ no poder h- doze anos, ent,,o chega de culpar o passado, atÈ porque quem governava no passado era o Orleir Cameli, hoje, aliado da Frente. Fico preocupado que daqui a quinhentos anos, alguÈm me culpe como se eu fosse herdeiro polìtico dessa situaÁ,,o de descaso. V. ExTM. È muito mais herdeiro do que eu, porque o Orleir È seu companheiro e n,,o meu. Portanto, repudiamos a palavra de todos os oposicionistas que foram nesse sentido ‡ aÁ,,o do MinistÈrio P´blico, o qual considero indevida.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (PT) ñ Incorporo o aparte do Deputado Luiz Calixto mesmo discordando. Realmente o ex-Governador Orleir Cameli È nosso companheiro, mas V. ExTM. n,,o pode esquecer que j´ foi Secret-rio durante a administraÁ,,o dele na Secretaria da Fazenda.

Eu nunca cheguei aqui nesta tribuna e falei mal de Orleir ou de qualquer outro polìtico. Em relaÁ,,o a essa quest,,o do MinistÈrio P´blico, mesmo que V. ExTM. n,,o tenha certeza, mas eu tenho, o MinistÈrio P´blico È imparcial, È isento de qualquer posiÁ,,o tendenciosa.

Quanto ‡ quest,,o do risco de vida que V. ExTM. questionou por v-rias vezes, essa gratificaÁ,,o È uma ajuda ao policial ou a outras categorias, como a insalubridade. Portanto, esse beneflcio n,,o serve sÛ para a PM, mas para os Ûrg,os p´blicos de qualquer outra categoria. PorÈm, no caso da

Polícia Militar n.,o h- dispositivo legal para que o Governo a conceda para os inativos e nem para quem n.,o est- no exercício de suas atividades. Ent.,o isso È uma cobranÁa que n.,o depende da vontade do Governador. E se V. Exa. est- duvidando È sŮ consultar a CLT e a ConstituiÁ.,o Federal.
(Sem revis.,o do orador)

Deputado **CHAGAS ROM√O** (Líder do PMDB) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, eu estava ouvindo os discursos proferidos pelos companheiros e nŮs ficamos totalmente pasmo quando se recorda de tantas manifestaÁies feitas anos atr-s, quando o PT ainda n.,o estava no Poder. Qual foi o Partido que fez mais greve neste paġs e no Estado do Acre? NŮs vġamos o PT nas ruas, fazendo greve, pelejando para chegar ao Poder. Agora, temos visto que o Governador quer negar o direito do cidad.,o de fazer greve.

NŮs sabemos que a SeguranÁa PŮblica como um todo, n.,o sŮ a PM, est- praticamente falida no Estado do Acre, porque n.,o h- apoio a esse setor. O apoio, que est.,o dando È muito pouco, e nŮs sabemos que sem esse apoio a violŮncia recai sobre nossas famġlias, como nŮs estamos vendo agora. AtÈ os alunos est.,o matando nas escolas por falta de SeguranÁa PŮblica. Ser- que o Governador n.,o est- vendo isso?

Eu acho que a Polícia Militar tem que fazer greve para, pelo menos, ser vista e que todos tenham conhecimento de sua prec-ria condiÁ.,o de trabalho,

Eu fico perplexo quando vejo o PT ir de encontro a esse movimento. Logo o PT, que vivia nas ruas batendo panela, a favor de qualquer tumulto. Agora, para uma reivindicaÁ.,o sÈria como essa da PM, n.,o È mais permitido fazer manifestaÁ.,o.

Eu acho que o Governador est- equivocado. Acho que esse n.,o È o PT de antigamente. Eles est.,o mostrando agora o outro lado da face e È preciso que eles mudem e atendam os cidad.,os da periferia.

(Sem revis.,o do orador)

Deputado **MOIS...S DINIZ** (Líder do Governo) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria, aqui, de cumprimentar a Inia, minha filha caÁula, de 7 anos, que perdeu metade da aula hoje, Deputado Donald, porque queria vir aqui, pois as coleguinhas dela perguntaram onde È que o pai dela trabalhava.

A gente brinca, mas esse papel da polġtica precisa ser feito no Paġs. Est.,o nos colocando numa vala que n.,o deveriam. Em todas as profissġes e categorias h- homens e mulheres dignas e h- os canalhas. Eu trouxe a minha filha aqui para dizer que eu tenho muita honra de ser Deputado do Acre, eleito pelo povo do Acre, especialmente pelo povo de Tarauac-, seja bem-vinda, Inia.

Queria aqui cumprimentar o Dhiemesson, um garoto que foi jogar na Alemanha. Para isso a m.,e arrecadou dinheiro atravÈs de bingos e rifas e ele conseguiu ser o segundo colocado do time alem.,o. Agora, ela est- precisando fazer uma nova rifa para ele poder voltar ‡quele Paġs. Gostaria que isso ficasse registrado neste Poder.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Sem Partido ñ EM APARTE) ñ Presidente Edvaldo, eu conheÁo um pouco da histŮria deste rapaz, sua m.,e perambulou por essa Assembleia atr-s de ajuda que n.,o veio. Mas o que me deixou preocupado È que a Secretaria de Esporte do Governo da Floresta tambÈm foi procurada, ‡ Època, e o Secret-rio Cassiano Marques, disse que naquele momento n.,o poderia ajudar. Agora, como ele foi o segundo colocado, talvez tenha vaga num grande clube, no Nauas ou Flamengo. Certamente aparecer.,o os pais da crianÁa. Eu fiz esse registro, se eu n.,o me engano, mas se eu vasculhar as minhas gavetas, vou encontrar o Ofġcio atravÈs do qual o Secret-rio Cassiano negou-se a ajud-lo. Esse era o registro que eu queria fazer.

Deputado **MOIS...S DINIZ** (Líder do Governo) ñ Agora È a hora dos Deputados Estaduais mandarem este garoto para a Alemanha. Senhor Presidente, acho que esse debate sobre a manifestaÁ.,o de um grupo de militares, incluindo os que est.,o na ativa, os inativos e os da reserva, precisa ser feito com a tranquilidade que o caso requer. ... preciso reconhecer erros de parte da Polícia Militar e tambÈm por parte do Governo, porque eu acho que a forma como est- sendo debatido essa quest.,o n.,o È correta, n.,o È ġsta do ponto de vista da histŮria.

Inclusive eu j- li textos que est.,o comparando essa manifestaÁ.,o, ocorrida em frente ao gabinete do Governador, com o dia D; comparando policiais armados que tġm o poder de prender, com professores desarmados que foram espancados em frente ao Pal-cio Rio Branco. Quando o professor, o trabalhador, o ġndio faz manifestaÁ.,o, o Estado chama a

polġcia. NŮs, Deputado Edvaldo Magalh.,es, fomos achincalhados quando querġamos ganhar votos fazendo manifestaÁies. A polġcia vinha, nos intimidava e nos tirava do meio da rua. Temos que fazer esse debate com tranquilidade, reconhecendo os problemas e debilidades da Polícia Militar, nŮs n.,o podemos fazġ-lo de qualquer jeito. Eu tenho aqui a carta da AssociaÁ.,o dos Policiais Militares, a qual passarei a lġ-la. (LENDO)

A Polícia tratou de forma truculenta um Deputado acriano. E ainda foi insinuado, ‡ Època, que o mesmo podia estar envolvido com o tr-fico, a Assembleia foi solid-ria com o Deputado e continua sendo. Muitas vezes a nossa polġcia age de forma truculenta, principalmente quando faz revista, eles n.,o tratam as pessoas como se trata um ser humano, chutam e mandam os revistados abrirem as pernas como se tratasse de marginais. Se os policiais foram capazes atÈ de sitiar o Governador do Estado, que È o Comandante chefe da Polícia Militar, fechando o tr,nsito, como È que ser.,o conosco? Portanto, companheiros, o debate a respeito da Polġcia Militar tem que ser feito com tranquilidade, porque as reivindicaÁies s.,o justas, s.,o honestas, s.,o corretas, porÈm, a forma de reivindicar È que foi equivocada.

A Polícia Militar podia pedir o espaÁo aqui em frente ao Pal-cio Rio Branco, em frente a Assembleia Legislativa e fazer um ato pŮblico; n.,o teria nenhum problema porque assim È na Democracia. Agora, n.,o comparem parada militar com prociss.,o, n.,o comparem manifestaÁ.,o de policiais com manifestaÁies de professores e de pobres povos indġgenas. NŮs temos problemas na Polícia Militar, mas, hoje, o nosso Estado est- em segundo lugar em quantidade de policiais no Brasil.

Hoje, fui dormir mais de uma e meia da manh., e acessei vinte e seis sites de AssociaÁies de Cabos e Soldados do Brasil e o Ůnico Estado que criou a associaÁ.,o de policiais militares, do soldado ao coronel, foi o Acre. Todos os outros Estados continuam com associaÁies divididas por patente. E considerando a carga hor-ria do policial militar, nŮs somos sim, o sÈtimo melhor sal-rio e o segundo melhor contingente do Brasil. SŮ perdemos para Brasġlia. NŮs temos um policial para cada 228 habitantes. S.,o dados das 26 associaÁies de cabos e soldados. Isso, sem contar com o concurso de seiscentos policiais que est- efetivado atÈ o final do ano.

Ficamos apreensivos quando ouvimos que a principal reivindicaÁ.,o dos policiais È com relaÁ.,o ‡ promoÁ.,o, que o Governador suspendeu provisoriamente, atÈ terminar a investigaÁ.,o, j- que teve problema no que diz respeito a essa quest.,o, inclusive toda Imprensa sabe disso.

Vou exemplificar citando apenas trġs casos de promoÁies efetuadas neste Governo: um Major de 15 para 21, Tenente de 29 para 46, Segundo Sargento de 136 para 213 e entre 3ġ Sargento, Cabo, Soldado, passando de uma para outra patente, foram mais de mil promoÁies. No total, Senhores Deputados, queria registrar, o nosso Governo realizou 1.069 promoÁies, de um total de 4.325 efetivos. Contem-me qual o Estado do Brasil conseguiu realizar 30% de promoÁ.,o do seu efetivo? Imaginem os trezentos mil policiais de S.,o Paulo, recebendo 100 mil promoÁies, que estava congelada h- 30, 40 anos? Tinha soldado no Acre que estava h- dezoito anos esperando para ser promovido a cabo, e cabo esperando h- vinte para ser sargento. NŮs reconhecemos que houve problemas, portanto, queremos fazer esse debate.

Encerramos aqui, Senhor Presidente, para abrirmos o debate com os Nobres Deputados da OposiÁ.,o, dizendo que nŮs reconhecemos que tem problemas na Polícia Militar, inclusive problemas de hierarquia, mas nŮs reconhecemos tambÈm que o Coronel CÈlio agiu com muita serenidade, porque em outras situaÁies n.,o teria sido assim. Ele agiu com muita tranquilidade, n.,o foi truculento, porque se quisesse agir de outra forma teria, acionado a COE ou o ExÈrcito.

Quanto ao debate do MinistÈrio PŮblico, eu prefiro respeitar as decisġes, porque eu tenho certeza de que o MinistÈrio PŮblico ser- justo, n.,o cometer- injustiÁa com os policiais militares. Obrigado.

(Sem revis.,o do orador)

Deputado **DONALD FERNANDES** (PSDB) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Imprensa, estou perplexo em ver como um assunto pode mexer tanto com o emocional das pessoas, como est- sendo esse da PM. Eu atÈ gostaria de pedir a Deus que me desse a tranquilidade da Inia para manter a calma. Mesmo porque, minha press.,o arterial j- n.,o suporta tantas emoÁies. Mas a Inia vai me ajudar.

Mas nessa quest.,o, eu percebo algo interessante: sempre que h- um debate, devemos abrir o di-logo; devemos dar oportunidade e ouvir todas as pessoas, sobretudo, quando nos tornamos dirigentes. PorÈm, o Governador n.,o conversa com ninguÈm. Os policiais estiveram na Casa

Rosada e n, o custava nada ele sair, orient-los a voltarem para suas casas, para o quartel, que depois conversariam de maneira civilizada, de uma forma que pudessem entender. Ele poderia dizer: vou abrir o tesouro do Estado para mostrar para voçs de que forma o Governo pode aumentar seus sal-rios e fazer suas graduações. Enfim, dizer algo que aquele pessoal precisava ouvir. Seria simples e eu garanto-lhes que n, o teria acontecido o que aconteceu.

Eu cumprimento o Líder do Governo, que n, o falou em greve em momento algum, falou em manifestaça, o e esse ato, sũ È possível no país, quando ela È ordeira. E ali havia ordem; estavam todos desarmados, sem uniformes e n, o estavam lotados em seus postos de trabalho. O que faltou realmente foi o di-logo por parte do Governo. Ali-s, eu tenho observado que o Governo tem sido prepotente e ele n, o era assim. Acredito que est- sendo contaminado pelos seus assessores. Eu n, o vou citar o nome, para n, o promoví-los, mas s, o extremamente arbitr-rios e prepotentes; n, o querem dialogar, embora tenham esse dever. Eles s, o pagos para intermediar as negociações com as categorias. Quando o Governo se nega a debater com uma categoria, ele est- negando aquilo que o povo lhe outorgou.

Ontem estiveram aqui os Defensores P blicos, que n, o fogem da conversa e eles disseram: nũs nunca fomos ouvidos. Tentamos pontuar alguns detalhes e eles nos asseguraram: n, o sabemos disso, o Governo n, o conversou conosco, assim como n, o conversou com os mēdicos, nem com ninguē. O Governo delega essa conversa a assessores prepotentes, que n, o gostam de conversar e que tũm medo do povo. Eu n, o creio que o Governo tenha medo do povo, mas os seus assessores tũm.

Deputado **MAZINHO SERAFIM** (Líder do PSDB ã EM APARTE) ã Quero apenas pedir desculpas para os colegas Deputados e Deputadas, assim como ao nosso Presidente, por ter me exaltado. Obrigado pelo aparte.

Deputado **DONALD FERNANDES** (PSDB) ã Pedir desculpas È um gesto muito nobre. Dessa forma V. ExTM cresce muito no conceito de todos. Se desculpar È uma atitude fundamental.

Ent, o, meus amigos, eu acho que aquela manifestaça, o da Polícia n, o deveria ter tida a dimens, o que teve, mas se isso aconteceu È porque o Governador n, o fala mais com ninguē. Ele est- negando as suas origens, e isso È trair. Ele est- traindo a sua formaça, o política, daquela Època em que o PT surgiu. N, o foi essa a liã, o que o PT ensinou-lhe, mas sim a do dialogo, principalmente com o povo, porque um político que n, o conversa com o povo, francamente n, o deveria nem ter se candidatado.

Eu sou favor-vel que os militares reivindiquem. N, o È possível conviver com coment-rios de que houve 1000 promoções. Que antigamente, quem era cabo ganhava X, mas agora que ele vai ser promovido a sargento, vai ganhar menos do que ganhava como cabo. Que promoça, o È essa? O sal-rio caiu tanto, que a promoça, o dele n, o chega a valer nada. ... uma enganaça, o. ... trair o povo e isso significa trair a si prũprio. Eu n, o concordo, de forma alguma, que o Governo tome o caminho que est- tomando. O Governador deve sair daquela Casa Rosada. Ele n, o È nenhum reizinho. Ele sempre foi humilde. Portanto, deve sair para as ruas, conversar com as pessoas, sentir o pulsar das ruas, o desejo das pessoas, a necessidade que as pessoas tũm de amparo e de Leis que as protejam e n, o ficar escondido, aquartelado com alguns assessores na porta, os quais tũm medo do povo, que temem o di-logo.

N, o È essa conduta que esperam do Governador Binho. O PT n, o quis isso para ele e ele est- tomando esse caminho equivocadamente. Eu estou alertando o Governador, para que ele saia do seu bunker, da sua cl-usura. Que dispense os assessores que fazem papel de soldados, porque o est, o levando para uma direça, o que n, o È boa. Para o lado onde n, o h- di-logo e que n, o sente as necessidades das pessoas.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (PT - EM APARTE) ã Deputado Donald, sei que V. EXTM est- muito emocionado, mas negar que h- di-logo entre o Governo e as categorias, eu acho uma injustiça. VEXTM tambē. afirma que as promoções reduziram os sal-rios, mas eu acho que V. ExTM deveria fazer uma comparaça, o de como eram os sal-rios da PM e como s, o hoje, apesar de n, o ser o sal-rio ideal. A PM merece ganhar mais.

Deputado **DONALD FERNANDES** (PSDB) ã Eu vou trazer para o Deputado o demonstrativo de quanto ganhava um cabo h- 12 anos, quando o PT entrou no Governo e mostrar tambē. o sal-rio de um sargento hoje. Nũs vamos fazer essa comparaça, o na prũxima reuni, o.

Eu n, o estou aqui condenando ninguē. apenas discordo da forma como o movimento popular dos policiais foi encarado. A PM È uma organizaça, o que merece respeito e tem que ser ouvida e se possível, ser atendida. Nem sempre se pode dar o que eles pedem, mas ouvĩ-los sim. ... um direito deles.

(Sem revis, o do orador)

Deputado **JOS... LUIS** (Líder do PMN) ã Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos da Imprensa, pessoas presentes no Sal, o do Povo, n, o poderia iniciar minha fala sem antes lembrar que ontem eu fiquei feliz, pois o Sport Clube Internacional j- pode no domingo enfrentar o campe, o paulista e na quarta-feira o campe, o carioca para tirarmos a teima.

Mas o que me traz ‡ tribuna nesta manh, ensolarada de quinta-feira È um assunto que embora n, o seja uma prerrogativa nossa È a quest, o principal que começa a ser discutida, hoje, na C, mara Federal, falo da t, o sonhada Reforma Política. Acho que È de grande import, ncia que esse assunto seja debatido com a maior serenidade possível, pois a política brasileira est- em colapso.

Conversei com o Presidente Edvaldo Magalh, es, agora, h- pouco, pois no ano passado, salvo engano, nũs tivemos aqui na Casa a presença do Deputado Federal Fl- vio Dino que para mim È talvez o maior estudioso e que tem a melhor proposta para essa Reforma. Sugeri que nũs o convid- ssemos para que ele possa dizer ao Congresso o que nũs, Deputados Estaduais, acrianos, pensamos sobre a Reforma Política. O Presidente garantiu, para nossa felicidade, Deputado Donald, que o Sr. Fl- vio Dino, estar- aqui, talvez ainda este mĩs, para discutirmos este assunto.

Eu vou conceder um aparte, mas que seja breve, Deputado Donald, para que eu possa terminar minha fala.

Deputado **DONALD FERNANDES** (PSDB ã EM APARTE) ã Muito obrigado pelo aparte. ... oportuna a sua intervença, o sobre a Reforma Política, porque a proposta de votar em lista È um absurdo, È uma coisa imunda. Isso n, o È Democracia coisa nenhuma. ... financiamento p blico para indivíduos que n, o tũm o menor car-ter, que n, o tũm a menor vergonha de se eleger por uma lista colocada. E n, o precisa ter nenhum voto. O indivíduo fica em casa e seu nome È colocado na lista. Os chefes políticos incluir, o todos os filhos na lista e depois nũs vamos financiar aquela sem-vergonhice, aquela safadeza. Eu acho que est- na hora realmente de nos envolvermos nesse tema. Parabē. Deputado!

Deputado **JOS... LUIS** (Líder do PMN) ã Na verdade, eu quero concordar com o Deputado Donald. Eu acho que esse È um tema que dever- ser tratado com muita responsabilidade. Cl-usula de Barreira est- na proposta. Fidelidade partid-ria, j- existe. Est- fechado o financiamento p blico. Tenho as minhas preocupações, pois essa pr-tica poder-, inclusive, Deputado Donald, virar o famoso caciquismo. Eu sou o dono do partido, e coloco embaixo do braço e vou indicar, por exemplo, o primeiro na lista: minha esposa, depois o meu filho, o meu primo e por aí vai.

Ent, o, eu acredito que as regras dever-, o ser muito bem elaboradas para que isso n, o aconteça. E a minha preocupaça, o È porque acredito que o povo brasileiro clama, Deputada Idalina, por essa Reforma, porque hoje, a sua interpretaça, o È d bia. Por exemplo, em eleiões municipais, quando tem um sũ turno, o candidato vence pela vontade popular, mas quem decide se assume o mandato È a Justiça. Quando for ao segundo turno È da mesma forma. Acredito que quem ter- vantagens nessa hist-ria toda, Deputada Idalina, ser-, o os advogados. V-rios profissionais, hoje, no nosso Estado, est, o se especializando em legislaça, o eleitoral, justamente por causa da demanda desses casos.

Sendo assim, meus amigos, eu acredito que o Brasil precisa encarar os seus problemas e n, o ser um País de faz-de-conta. Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Sem revis, o do orador)

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS) ã Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fiquei anotando aqui algumas frases que foram ditas pelos colegas. No primeiro momento, n, o deu tempo de falar sobre a ameaça que est, o fazendo aos líderes do movimento: Ameaça de vinte anos de pris, o e a perda da farda. Quanto a perder a farda, os policiais n, o precisam se preocupar, porque j- perderam, eles trabalham de calça jeans. Eles n, o tũm mais farda para trabalhar. Os que tũm, a farda est- surrada. Outros compraram tecido e mandaram arrumar de qualquer jeito para poder andar na rua. L- no Vale do Juru- È assim.

Deputado Luiz Calixto, uma vez o Governador Flaviano teve que sair do restaurante da Leide, em Cruzeiro do Sul, sem terminar seu jantar porque o comando de greve n„o permitiu. A polÍcia n„o foi chamada para reprimir esse ato, e nem por isso o movimento foi chamado de baderneiro como o nosso Governador chamou o movimento da PM. Hoje, o modus operandi È diferente do daquela Època, hoje, s„o ameaÁas, s„o perseguiÁies com processos, contrato provisÓrio, DAS, etc. Mas a memÓria do povo È boa, com certeza os membros da UFAC lembram quando o Governo do PT botou a PM para reprimir sua manifestaÁ„o, inclusive, mandou prender professores e alunos, no dia 7 de setembro. NÓs temos que lembrar Deputado Calixto, essas pÈrolas que est„o guardadas l- no fundo do baÍ. O povo conduziu muitos dos que faziam greve ao poder, pensando que seria diferente, que n„o precisaria fazer greve para terem os seus direitos atendidos.

Eu acho que se puxar pela memÓria do povo acriano ele vai dizer que j- participou de greves, pois estava cansado e alÍ foi engrossar as fileiras das pessoas que queriam mudanÁas. Mas se enganou feio. Obrigada (Sem revis„o do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (LÍder do DEM) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a histÓria desse Estado È pequena e todos se lembram. O idia DÍ nessa pequena cidade do Estado do Acre, atingiu todo o Estado. A Deputada Idalina lembrou-se que estava fazendo essa mesma manifestaÁ„o em Cruzeiro do Sul nesse dia. Isso aconteceu durante o mandato do ex-Governador Flaviano Melo, mas n„o foi ele que mandou a PolÍcia agredir os manifestantes. A PolÍcia foi agredida primeiro. Bateram em PM, seguraram PM; fizeram tudo para que houvesse aquela reaÁ„o. Ent„o, Deputado MoisÈs, se naquele momento a PolÍcia Militar tivesse recebido uma ordem do Governador ou se n„o tivesse sido agredida pelos manifestantes da EducaÁ„o, que j- haviam quebrado tudo, feito de tudo, talvez tivesse sido diferente. Eles j- estavam h- v-rios dias parados. Dias n„o, meses. E o MinistÈrio P´blico n„o se manifestou.

O Governador Flaviano n„o pediu para ninguÈm se manifestar, Deputado Chagas Rom„o. N„o pediu para o MinistÈrio P´blico decretar uma multa 50 ou 20 mil reais.

Por que nÓs n„o podemos questionar o MinistÈrio P´blico hoje, Deputado MoisÈs? Por que n„o podemos questionar a JuÍza? A manifestaÁ„o da PM foi pacÍfica, com menos de 200 policiais. Mas naquela Època do dia D, tinha mais de 5 mil pessoas da EducaÁ„o e Èramos apenas 35 policiais.

Hoje, o MP vem se manifestar publicamente, para coibir o movimento e dizer: voÍs n„o v„o fazer. E tem mais, Deputado Luiz Calixto, j- existem boatos de que o Governo vai solicitar a ForÁa Nacional. Nenhum Governo, Deputado Taumaturgo, pediu o ExÈrcito. Nem no dia D o Governador Flaviano pediu. Mas agora, Deputado Donald, essa possibilidade j- existe. O Senhor Carioca disse: podem parar, que nÓs mandamos buscar a ForÁa Nacional para comandar. Ent„o o dia D È agora. O nosso Estado est- passando por uma Ditadura. (Sem revis„o do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHVES**) ñ Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, companheiros da Imprensa, Senhoras e Senhores no Sal„o do Povo, recebemos, h- pouco, os ofÍcios subscritos pelas lideranÁas partid-rias, indicando os Parlamentares que integrar„o a Comiss„o Parlamentar de InquÈrito, aprovada na Ítima terÁa-feira.

O OfÍcio subscrito pelo Deputado Ney Amorim, Líder do PT, indica o Deputado Ney Amorim como titular da CPI e a Deputada PerpÈtua de S- como suplente; O OfÍcio subscrito pelo Deputado Chagas Rom„o, Líder do PMDB, indica a Deputada Antonia Sales como titular da CPI e o Deputado Luiz Calixto como suplente; O OfÍcio subscrito pelo Deputado Donald Fernandes, do PSDB, indica o Deputado Donald Fernandes, como titular da CPI e o Deputado Mazinho Serafim como suplente; O OfÍcio subscrito pelo Deputado MoisÈs Diniz, Líder do BPR, indica o Deputado MoisÈs Diniz como titular da CPI e o Deputado Helder Paiva como suplente; E o OfÍcio subscrito pelo Deputado Delorgem Campos, Líder do PSB, indica o Deputado JosÈ Luis como titular da CPI e o Deputado Delorgem Campos como suplente.

Comunicamos ao plen-rio que baixada a ResoluÁ„o com o nome dos membros titulares e suplentes, j-, na terÁa-feira, faremos a instalaÁ„o da CPI.

ORDEM DO DIA

(N„o houve MatÈria a ser apreciada).

EXPLICA√O PESSOAL

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Sem Partido) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, vou comeÁar fazendo duas correÁies: vou dispensar o Deputado Taumaturgo Lima de um possÍvel pedido de desculpas, porque a informaÁ„o que ele passou nesta tribuna È fruto de sua desinformaÁ„o. Eu nunca fui Secret-rio do Governador Orleir Cameli e de governo nenhum.

Sou funcion-rio p´blico do Estado, como V. Exa. tambÈm È da Uni„o, desde o ano de 1982, quando o Governador era Joaquim Macedo. E sÓ n„o fui funcion-rio de Jorge Viana porque me elegi no mesmo pleito que ele. Ele para Governo e eu para Deputado Estadual. Essa desinformaÁ„o, certamente, se d- porque V. Exa. morava na paradisÍaca Rio de Janeiro, ent„o n„o tinha conhecimento desse fato.

Com relaÁ„o ã agress„o da qual eu fui vÍtima por parte de integrantes da polÍcia militar lotados em Xapuri, gostaria de dizer que o apoio, a solidariedade, a ajuda que este humilde Parlamentar possa contribuir com a PolÍcia Militar, n„o È condicionada a qualquer aÁ„o que esta categoria venha praticar contra qualquer cidad„o. A PolÍcia Militar deve agir dentro da lei. O que fizeram comigo foi uma ignor„ncia, uma aÁ„o orquestrada e me dou, inclusive, a oportunidade, agora, de dizer que ganhei esta aÁ„o na JustiÁa. Mas, a Imprensa que denunciou a agress„o, È a mesma que omitiu a aÁ„o que eu ganhei dos policiais. Isso se manteve no anonimato porque n„o interessa ao Governo dizer que eu ganhei a aÁ„o. Portanto, policial truculento, policial mal preparado, tem que responder na JustiÁa e ser, inclusive, em alguns casos, expulso da corporaÁ„o.

Senhor Presidente, o Líder do Governo e o Primeiro Secret-rio desta Casa assumem esta tribuna, para dizer que na PM as promoÁies n„o s„o mantidas e que essa corporaÁ„o recebe, se n„o me engano, o segundo melhor sal-rio do PaÍs. No entanto È o sÈtimo.

Na verdade, dentro da PM h- problemas e quem conhece os municÍpios do Acre, como nÓs Parlamentares, que temos o privilÈgio de conhecÍ-los, sabe que as condiÁies da PM de Cruzeiro do Sul n„o s„o diferentes das de Tarauac- e de FeijÓ. NÓs n„o temos uma situaÁ„o isolada. A situaÁ„o È generalizada.

Eu n„o creio que os Policiais Militares foram Ís ruas reivindicar no vazio. Todos nÓs sabemos que a PolÍcia Militar tem problemas, falta fardamento, veÍculos, combustÍvel e h- tambÈm roubalheira. E alÍ n„o adianta fazer o discurso duplo. NÓs temos que entender que a PolÍcia Militar est- passando por uma grave crise de hierarquia. N„o tenho, absolutamente, nada contra a pessoa do Coronel Rom-rio CÈlio, nem o conheÁo direito. Mas converso com os militares e sei que ele perdeu a autoridade dentro da polÍcia militar e portanto, sua permanÍncia È insustent-vel.

O Governador n„o vai nomear, se tirar o Coronel, nenhum membro da OposiÁ„o, ele vai nomear uma pessoa de sua inteira confianÁa. Mas esperamos que seja uma pessoa que tenha a capacidade de ouvir, de sentar-se com os policiais para ver o que È possÍvel resolver em curto prazo, em mÈdio prazo e o que n„o È possÍvel resolver em momento algum.

Deputado **MOIS...S DINIZ** (LÍder do Governo ñ EM APARTE) ñ Deputado Luiz Calixto, gostaria de agradecer a V. Exa. por reconhecer a nossa grandeza polÍtica. Realmente existem problemas na rea da SeguranÁa. E quando nÓs endurecemos, muitas vezes, o nosso discurso na tribuna È para equilibrar o debate. Reconhecemos que houve problemas de figurino e das 2.300 fardas, as que n„o couberam nos militares, foram devolvidas e n„o houve prejuÍzo para os cofres p´blicos. A f-brica enviar- novas fardas. Ent„o, se o debate for feito nesse nÍvel, estaremos dispostos a dialogar. Tenho certeza que n„o È interesse da OposiÁ„o colocar a PolÍcia Militar contra nÓs.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (LÍder do PPS ñ EM APARTE) ñ Deputado Calixto, quando a coisa est- generalizada, ela se torna perigosa. E eu atÈ queria que fosse retirado do discurso do Deputado Chagas Rom„o a express„o ipraticamente falidaÍ, porque a SeguranÁa do nosso Estado est- totalmente falida.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Sem Partido) ñ Nobres Colegas, adicionou-se um novo componente a crise da PolÍcia Militar, ã crise da

SeguranÁa P´blica do Estado do Acre. Se j´ n, o bastasse a reclamaÁ, o dos militares com relaÁ, o as fardas, aos armamentos, ao atraso de algumas promoÁies, agora, existe um ingrediente invisível, que talvez impossibilite ou adie a resoluÁ, o desse problema, que È o ingrediente da intoler,ncia. O Comando passou a se comunicar com as tropas na base do grito, da ameaÁa. Nós precisamos restabelecer o di- logo. N, o existe comando dissociado da base.

O Coronel Rom-rio Clio e os demais Comandantes da Polcia Militar precisam entender que eles têm que dialogar com as suas bases, com os seus subordinados, porque quando se estabelece a intoler,ncia, al a coisa comeÁa a se agravar. Os prazos que precisam ser estabelecidos para a resoluÁ, o dos problemas, tambm v, o ser adiados. A maior gravidade que est- ocorrendo, hoje, nesta crise da PM È a quebra da hierarquia.

Hoje, inclusive, escrevi no meu blog, que h- um movimento silencioso dentro da Polcia Militar. As pessoas est, o se mantendo no anonimato, porque s, o obrigadas, mas n, o deixam de mostrar a sua indignaÁ, o. Nós precisamos estabelecer a autoridade dentro da Polcia Militar. Um Comandante n, o pode ameaÁar que vai punir, prender, porque isso simplesmente contribuir- para acirrar ainda mais os ,nimos.

O MP marcou um ponto extremamente negativo nessa aÁ, o. A intromiss, o do Ministrio P´blico atrapalhou ainda mais.

Deputado **TAUMATURGO LIMA** (PT ñ EM APARTE) ñ Deputado Luiz Calixto quando fiz aquela colocaÁ, o que V. Exa. tinha trabalhado com o ex-Governador Orleir Cameli, em nenhum momento eu quis atingir a sua pessoa. Todavia V. Exa. È do quadro da Secretaria da Fazenda, È Auditor Fiscal, portanto n, o vejo nada de mais. Posso até ter me equivocado ao dizer que o nobre colega foi Secret-rio. Mas V. Exa. trabalhou no setor de arrecadaÁ, o na Època do Governo Orleir Cameli. O fato de V. Exa. dizer que eu n, o conhecia sua histria, porque eu estava fora, n, o justifica. Realmente fiquei fora do meu Estado por v-rios anos, n, o por minha vontade, mas porque naquela Època n, o existia universidade na minha cidade, Cruzeiro do Sul, e eu fui para o Rio de Janeiro. Estudei e voltei para a minha terra natal.

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Sem Partido) ñ Senhor Presidente, eu n, o quero desviar a discuss, o, até porque n, o vai acrescentar nada. Eu poderia dizer, por exemplo, que o Jorge Viana foi Secret-rio do Flaviano e que seu irm, o, o M,ncio foi Secret-rio do Cadaxo, que È do PMDB. Quer dizer, todo mundo dava sapatada no PMDB, agora todo mundo fala do PMDB. Mas o assunto È a crise da PM. E fico satisfeito que V. Exa. tenha reconhecido que foi obrigado a sair do Acre; mas quem n, o gostaria de morar obrigado no Rio de Janeiro?
(Sem revis, o do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) ñ Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros da Imprensa, com o nosso Requerimento anterior, estamos dando oportunidade ao Ministrio P´blico de investigar o Governo a respeito das dencias apresentadas e da falta de estrutura, tanto da Polcia Militar como do Corpo de Bombeiros e da SeguranÁa no geral. Eu pensei que o Requerimento seria aprovado hoje, mas n, o foi. Porém agora, o Major tem como cobrar, para que possamos saber se tudo que nós estamos falando aqui h- quatro anos, desde o Governo do Jorge Viana, È verdade ou mentira.

Deputado Moiss, V. Exa. È uma pessoa que tem um QI elevado, portanto, deve se recordar de muita coisa, mas acho que o Senhor se esqueceu que certa vez disse aqui que tinha algumas promoÁies para sargento, outras para oficial, outras para subtenente; enfim, disse que tinha mais de mil soldados em Rio Branco. Inclusive, o nosso Presidente, na Època, ainda complementou suas informaÁies. Resumindo o Senhor fechou em 1067 ou 1068 policiais.

Essa conta È um pouco complicada, porque quem mais promoveu na histria da Polcia Militar, foi o Governador Orleir Cameli. Promoveu um capit, o e durante quatro anos ele chegou a Coronel. Os Senhores j- imaginaram isso? Nós fomos contra. Eu n, o estava aqui, estava l- na PM, fazendo um movimento consider-vel. Foram promovidos 25 Coronéis e mais de 100 Sargentos. No total, ele promoveu mais de 300 policiais de uma só vez. Para sub-Tenente, ele promoveu de 15 a 18. Uma coisa absurda. Mexeu na Lei e diminuiu o interstício.

Agora vem o Deputado dizer que o Governo do PT foi o que mais promoveu, o que disponibilizou mais dinheiro para a PM e que deu

mais aumento. Essas afirmaÁies s, o falsas. Quem mais aumentou o sal-rio da PM foi a nossa querida ex-Governadora Iolanda Fleming e o ex-Governador Romildo Magalh,es. Naquela Època, quando a Governadora deu o aumento, um soldado recebia oito sal-rios mínimos; era o melhor sal-rio do Brasil para policiais.

Na gest, o do Governador Edmundo Pinto, o seu vice, Romildo Magalh,es queria nos dar o aumento, mas o Governador n, o queria de jeito nenhum. Tentamos negociar, fizemos greve. Eu era presidente do clube de sub-tenentes e sargentos e fizemos uma paralisaÁ, o l- dentro. Para sorte da PM, o Governador faleceu e cinco dias depois, o Romildo Magalh,es, ent, o Governador, deu o aumento, que foi a nossa ressurreiÁ, o. Voltamos a ser os primeiros do Brasil, onde um soldado ganhava sete sal-rios mínimos. Os Senhores tm idéia de quantos sal-rios mínimos os soldados ganham hoje? Apesar da crise e da inflaÁ, o, o sal-rio da PM do Acre est- em 17TM lugar no ranking nacional. Neste Estado tudo È caro.

O Deputado Mazinho trouxe uma calÁa jeans para mim de S, o Paulo, que custou R\$ 25,00. A mesma calÁa, na Camel Modas, custa R\$ 85,00. E o PM est- gastando o seu prprio dinheiro para comprar um jeans para trabalhar.

O sal-rio da PM chama-se soldo e nesse piso, nós somos o stimo do Brasil. No entanto, em S, o Paulo, Deputado Luiz Calixto, existem os penduricalhos que o soldado ganha. Ent, o, no soldo, estamos em 7^o lugar, mas no geral, como a associaÁ, o est- dizendo, somos o 17^o.

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do PPS ñ EM APARTE) ñ Deputado Nogueira Lima, hoje a operaÁ, o matem-tica È diferente. A verba que È direcionada ¤ SeguranÁa È inversamente proporcional ¤ verba da mdia. Eu gostaria que o Senhor fizesse tambm essa pesquisa. Na Època da ex-Governadora Iolanda ou dos ex-Governadores que ainda est, o no mesmo bolo que o PT, quanto era a verba da mdia?

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (Líder do DEM) ñ Deputada, se nós formos para esse debate, vamos desmoralizar o PT totalmente. Na Època dos ex-Governadores Orleir Cameli, Romildo Magalh,es, Edmundo Pinto, Flaviano Melo e Nabor Júnior, a PM tinha orÁamento prprio. Ela mesma licitava as fardas, comprava cartucho, armas, comida. Inclusive, na Època, ns tínhamos comida no Quartel. Os Governadores repassavam verbas para o Comandante comprar o que precisasse e fazer a manutenÁ, o da corporaÁ, o. Hoje, nada. Simplesmente nada! S, o gastos aproximadamente R\$ 500.000,00 com a Polcia Militar.

Quando foi proposta essa junÁ, o com a Secretaria de SeguranÁa P´blica, eu votei contra. Disseram que a gasolina ia ser paga, tudo direitinho, mas nada disso est- acontecendo. Existem viaturas paradas por falta de combustível ou por falta de um simples cabo de acelerador. J- mostramos isso aqui.

Ent, o, um Juiz querer impedir uma greve pacífica, isso È perigoso. Como j- disseram os Deputados Luiz Calixto e Moiss Diniz, È politizar a quest, o e o Ministrio P´blico est- fazendo isso. Que politize! Que ele investigue o Governo! Aqui est- mais um Requerimento que eu vou encaminhar para eles investigarem, porque essa È a sua funÁ, o.

Nós n, o temos poder de investigaÁ, o. Se tivéssemos, esse Governo estaria preso e condenado a 200 anos de cadeia. O Presidente Lula j- disse: o dinheiro vem. Agora as obras deles, a sustentabilidade do Estado n, o est, o a contento. Verba para o Estado vem e muita, mas est- sendo desviada. Portanto, vou apresentar esse Requerimento, que a Mesa Diretora subscreve. (LEND0)

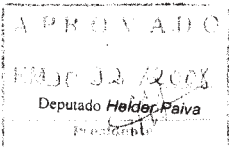
O Ministrio P´blico precisa investigar, porque s, o R\$ 2.600.000,00 para uma obra que poderia ser feita em um mês, mas j- est- com três meses e n, o foi concluída. ComeÁaram a pintar de vermelho e agora est, o pintando de branco. ComeÁaram a soldar e quando foram ver, l- atr-s, estava soltando a solda. N, o È possível.

Quero que o MP descubra tambm quem matou aquele rapaz, que dizem que morreu enforcado l- na penitenci-ria. ... isso que o Ministrio P´blico tem que fazer, e n, o ficar tentando punir o Major Wherles, o Soldado N. Braga e o Sargento Vieira. Enfim, todos os que se manifestaram. Deixem o Governo negociar. Dia 11 vai haver uma negociaÁ, o, que esperamos que seja feita sem prepotência.

Acho, inclusive, que o Governo n, o deveria levar o Senhor Carioca, porque esse rapaz nunca fez nada pelo Acre. S atrapalhou a conversa. Deputado Edvaldo Magalh,es, h- muitas pessoas que têm capacidade de negociar politicamente numa crise dessa. Ent, o, fica aqui o nosso pedido.

(Sem revis, o do orador)

SUBSECRETARIA DE ATIVIDADES
LEGISLATIVAS



PARECER N. 59 /2008
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.11/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências."

RELATOR: Deputado MOISÉS DINIZ

I - RELATÓRIO

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei em apreço tem o propósito de reorganizar, bem como, adotar medidas relacionadas com o aprimoramento da estrutura organizacional das Secretarias de Estado e outros órgãos da Administração Pública indireta.

Cumpridas as formalidades regimentais, com arrimo no art. 65 do Regimento Interno, vem o Projeto, às Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança Pública e Municipalismo; e Orçamento e Finanças para receber parecer.

O Projeto de Lei sob comento visa adequar e aparelhar a máquina administrativa do Estado, impondo, principalmente, aos diversos órgãos que a compõem, uma dinâmica de funcionamento ajustada à consecução dos seus objetivos básicos e aos princípios que norteiam a administração pública.

A proposição em tela visa, ainda, dar esta dimensão a autarquias e demais órgãos integrantes da estrutura básica da administração indireta do Poder Executivo. Com efeito, a presente propositura, pretende avançar nos passos para a reestruturação administrativa, com a criação do Instituto Sócio-Educativo do Estado do Acre – ISE, entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público interno, vinculado à Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos.

Além disso, pretende alterar a denominação da Secretaria de Estado de Assistência Social – SAS, para Secretaria de Estado de Desenvolvimento para a Segurança Social - SEDSS, a fim de que, dentre outras atribuições, possa desenvolver e fortalecer as competências familiares para que com o apoio da comunidade e do governo, sejam responsáveis pela vida e desenvolvimento sócio-familiar e comunitário das crianças e dos adolescentes.

A proposta ora em análise traz consigo aumento da despesa pública com pessoal, uma vez que reestrutura a organização administrativa do Estado. Tal despesa será suportada pelo orçamento em vigor.

Destarte, que o chefe do Poder Executivo, já dispõe de previsão e autorização para tal dispêndio nas Leis 1.913/07 e 1.971/07.

Ao final, cuida a matéria de providenciar as mudanças necessárias para a revogação da Lei Complementar n. 171, de 2007, uma vez que a presente propositura passará a dispor sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre.

II - PARECER

A Constituição Federal, em seus arts. 18 e 25 assegura às entidades políticas que compõem o sistema federativo brasileiro autonomia para editarem o seu próprio direito, o que compreende o poder de auto-organização de acordo com as conveniências e peculiaridades regionais, desde que sejam observados os princípios nela constantes. O constituinte estadual, por sua vez, especifica, em caráter exemplificativo, as matérias que devem ser disciplinadas por intermédio de lei em sentido formal, ou seja, sujeitas à apreciação deste Parlamento e à consequente sanção do Chefe do Poder Executivo, entre as quais se destacam a criação, a estruturação e a definição de atribuições das Secretarias de Estado, bem como a criação de cargos públicos e a fixação da respectiva remuneração (art. 54, § 1º, I, III e VI, da Constituição Estadual).

No que diz respeito às regras de iniciativa privativa, cumpre salientar que a Carta acreana, em seu art. 54, § 1º VI, confere apenas ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa para a instauração do processo legislativo em matéria relacionada com o objeto da proposição em análise, qual seja, a criação de Secretarias de Estado, órgãos da administração centralizada do Poder Executivo subordinados diretamente ao Governador do Estado.

É importante destacar que a criação de órgãos e entidades componentes da administração pública direta e indireta se sujeita ao princípio da legalidade, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual foi reproduzido no art. 54, § 1º, inciso I da Carta Estadual, que contemplou, ainda, os princípios da razoabilidade e da motivação. A instituição de Secretarias de Estado é assunto estreitamente relacionado à discricionariedade do titular do Poder Executivo, que, segundo critérios de conveniência e oportunidade, poderá propor ao Legislativo, por meio de lei, a alteração da estrutura

administrativa dos órgãos integrantes da administração pública estadual, objetivando sempre o aperfeiçoamento dos serviços e o melhor atendimento ao interesse coletivo. Os mesmos argumentos podem ser utilizados para se modificar a denominação de órgãos públicos, pois a matéria tem como fundamento o poder discricionário de que é detentor o Governador do Estado.

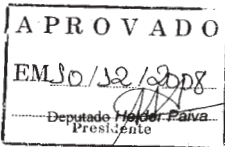
Verifica-se, portanto, que, sob o ponto de vista formal, a proposição não encontra nenhum óbice de natureza constitucional, uma vez que o assunto está sendo tratado por meio do instrumento normativo previsto no ordenamento jurídico (lei em sentido formal), e a iniciativa para a deflagração do procedimento legislativo encontra-se em harmonia com as exigências do art. 54, § 1º III e VI c/c art. 78, III e VI, todos da Carta acreana. Portanto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar n. 11/2008, juntamente a Emenda Modificativa n. ____/2008, respeitando, a sábia decisão deste Parlamento.

É o Parecer
S.M.J

Sala das Comissões "Deputado Ison Ribeiro",
10 de dezembro de 2008

Deputado MOISÉS DINIZ

Relator



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.11/2008
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
EMENTA: "Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado do Acre e dá outras providências."

EMENDA MODIFICATIVA N. ____/2008

O art. 41, do Projeto de Lei complementar n. 11, de 5 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais especiais e suplementares, especificamente para dispor sobre a implantação, regulamentação e execução da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Segurança Social – SEDSS."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de dezembro de 2008

Deputado LUIZ CALIXTO

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUÍS (PMN)

LUIZ CALIXTO (PDT)

DELOGEM CMAPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPETUA DE SÁ (PT)

NEY AMORIM (PT)

HELDER PAIVA (BPR)

WALTER PRADO (PSB)

CHAGAS ROMÃO(PMDB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSEMIR ANUTE (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NOGUEIRA LIMA (DEM)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ LUIS (PMN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NEY AMORIM (PT)

TITULARES:

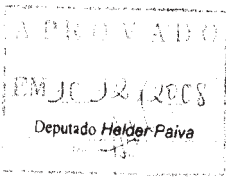
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
DELOGEM CAMPOS (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPETUA DE SÁ (PT)
TAUMATURGO LIMA (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
ANTÔNIA SALES (PMDB)



PARECER N. 60 /2008
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 12/2008
AUTORIA: Poder Executivo
EMENTA: "Dispõe sobre organização administrativa e financeira da Polícia Civil do Estado do Acre, e dá outras providências".

RELATORIA: Deputado HELDER PAIVA

I - RELATÓRIO

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado enviou à apreciação desta Casa, o Projeto de Lei Complementar n. 12/2008, que dispõe sobre a organização administrativa e financeira da Polícia Civil do Estado do Acre.

A propositura, que tramita em regime de urgência, por força de Mensagem Governamental enviada pelo Chefe do Poder Executivo e submetida à apreciação das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Serviço Público e Orçamento e Finanças, como determina o art. 65 da Resolução 86/90 – Regimento Interno deste Parlamento.

DO PROJETO

Em sua Mensagem o Chefe do Poder Executivo propõe, dentre outras medidas, sobre a iniciativa da proposição advir da necessidade de avançar nos passos que conduzem ao combate à violência e a reestruturação do aparelho de Segurança Pública do Estado do Acre, com a valorização de seus profissionais e a consequente melhoria na prestação de seus serviços.

A presente propositura objetiva fortalecer a Polícia Civil do Estado do Acre, o que somente será possível se houver uma reorganização em sua estrutura administrativa e financeira, garantindo-se ao Delegado-Geral da Polícia Civil a capacidade de gerir a Instituição que representa, inclusive ordenando despesas.

No que se refere à Polícia Civil, vale lembrar a sua importância para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo tal Instituição responsável pela apuração das infrações penais e constitui a Polícia Judiciária Estadual.

O objetivo da proposta é dar continuidade à política de valorização dos servidores integrantes, buscando sempre a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Sistema de Segurança Pública do Estado.

Propõe, por fim, a criação cargos em comissão, que serão escalonados pelo Delegado-Geral da Polícia Civil em simbologia CEC-1; CEC-2; CEC-3; CEC-4 e CEC-5, e remuneração conforme disciplinado na Legislação que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo.

No tocante ao mérito, a medida dá mais um passo para o aprimoramento da segurança pública, com a valorização dos integrantes da Polícia Civil do Estado do Acre que, sem dúvida, reverterá em benefício da comunidade acreana, motivo pelo qual recomendamos sua aprovação, dado o seu elevado alcance social.

No que concerne aos aspectos financeiro-orçamentário, não verificamos qualquer empecilho que possa obstar a aprovação da matéria.

II - PARECER

Do ponto de vista do mérito, cumpre-nos esclarecer que os princípios gerais regentes da Administração Pública, previstos no art. 37, caput, da Constituição, são invocáveis de referência à administração de pessoal. A Administração Pública é norteada por princípios conducentes à segurança jurídica, que no caso, estão em simetria com o ordenamento jurídico. A variação de enfoques, seja qual for a justificativa, se coaduna com os citados princípios.

A denominada função administrativa do Estado submete-se a um especial regime jurídico. Trata-se do denominado regime de direito público ou regime jurídico-administrativo. Sua característica essencial reside, de um lado, na admissibilidade da ideia de que a execução da lei por agentes públicos exige o deferimento de necessárias prerrogativas de autoridade, que façam com que o interesse público juridicamente predomine sobre o interesse privado; e de outro, na formulação de que o interesse público não pode ser livremente disposto por aqueles que, em nome da coletividade, recebem o dever-poder de realizá-los. Consiste, na verdade, no regime jurídico decorrente da conjugação de dois princípios básicos: o princípio da supremacia dos interesses públicos e o da indisponibilidade dos interesses públicos.

No que concerne ao mérito financeiro, às medidas acessórias interferem no planejamento financeiro-orçamentário do Estado, competência atribuída tão somente ao Chefe do Poder Executivo, conforme previsto no artigo 54, § 1º, I da Carta Estadual que admite o aumento de despesa nos projetos de iniciativa exclusiva do Governador.

Sabedor de sua competência e autorização dispostas nas Leis ns. 1.913/2007; 1.971/2007 e 101/2002, submete a este Parlamento a proposição para apreciação e deliberação destas doulas Comissões.

Diante do exposto, manifestamo-nos, sob os aspectos que ora nos cabe examinar a matéria, favoravelmente à APROVAÇÃO do Projeto de lei Complementar n.12/08, respeitando, todavia a sábia decisão do Colendo Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de dezembro de 2008

Deputado HELDER PAIVA
Relator

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSE LUIS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPETUA DE SA (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSEMIR ANUTE (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NOGUEIRA LIMA (DEM)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ LUIS (PMN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTES:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

III - PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NEY AMORIM (PT)

TITULARES:

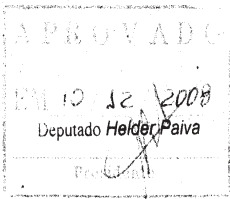
Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTES:

Deputados:

PERPETUA DE SÁ (PT)
TAUMATURGO LIMA (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
ANTÔNIA SALES (PMDB)



RELATOR: Deputado HELDER PAIVA

I - PARECER

Por meio da Mensagem, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado encaminhou para a apreciação desta Assembléia Legislativa, o Projeto de Lei Complementar n.13/08.

Segundo o rito da tramitação legislativa disposta no art. 65 da Resolução n. 86/90, o Projeto foi distribuído às Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Serviço Público, Trabalho, Segurança e Municipalismo; e Orçamento e Finanças para ser analisado nos seus aspectos de ordem constitucional, legal e jurídica.

Compete-nos, nesta oportunidade, na qualidade de relator, emitir Parecer analisando os aspectos meritórios da matéria.

Na exposição de motivos apresentada pelo Presidente, Cons. Antônio Jorge Malheiro, verificamos que a matéria propõe uma melhor adequação da estrutura funcional da Corte de Contas, de forma a propiciar à sociedade acreana uma melhor prestação e agilidade dos serviços sob a responsabilidade daquela instituição.

Propõe, ainda, o desmembramento da Corregedoria, que em seu formato atual é exercida pelo Vice-Presidente, criação da Ouvidoria, como instrumento que irá facilitar o acesso aos cidadãos, cria duas Câmaras de Julgamento, que permitirá uma maior celeridade aos processos, e um novo formato para a Escola de Contas que terá como finalidade o aprimoramento dos conhecimentos técnicos dos servidores e membros daquela Corte.

A proposição encaminhada à Assembléia Legislativa pelo Tribunal, ao qual o artigo 96 da Constituição Federal atribui a competência para iniciativa do processo legislativo, como atributiva daquela competência, como ocorre com o Tribunal de Justiça, que é órgão superior do Poder Judiciário.

Essa idéia nos mostra a sua necessária independência funcional, de forma a imunizá-lo de pressões, seja do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, em cujo âmbito veio a se situar, como órgão auxiliar, mas não subordinado.

Embora concebendo o Tribunal de Contas conforme a técnica seguida desde 1946, como órgão auxiliar do Poder Legislativo (artigo 71 - § 1º); auxiliar repita-se, mas não subordinado; independente e, por isso, com Ministros revestidos dos predicamentos da Magistratura.

DO MÉRITO

Assim, continua a ser na vigente Constituição da República: o Tribunal de Contas da União é órgão auxiliar do Poder Legislativo (artigo 71, caput); auxiliar, mas não subordinado; independente e, por isso, com Ministros revestidos das "mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça" (artigo 73, § 3º).

Como se vê desta linha de evolução histórica, o Tribunal de Contas termina por ser, em nosso direito, um órgão auxiliar do Poder Legislativo; auxiliar, mas independente, no exercício de suas funções.

Embora o Tribunal de Contas não esteja previsto no artigo 24 da Constituição do Estado, entre titulares da iniciativa do processo legislativo, ele a tem, em virtude da remessa que o artigo 31 traz ao artigo 96 da Constituição da República; remessa que não se limita ao inciso I deste último, mas se estende ao inciso II, pois a criação e a extinção de cargos se encontram mencionada neste último e

a jurisprudência do Colendo Supremo Tribunal Federal considerou privativa das Cortes de Contas estaduais a iniciativa legislativa a este respeito. Dir-se-á que, aqui, não se cuida somente disso, mas sim, de uma Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado. Neste ponto, dada mesmo à independência funcional insita no Tribunal de Contas, é que se lhe há de reconhecer iniciativa do processo legislativo, pois regula seu funcionamento, órgão autônomo: Lei Orgânica. À independência funcional, insita no Tribunal de Contas, deve corresponder certo grau de autonomia, isto é, de normatividade própria.

Desta forma, TCE, por previsão da Constituição Federal, parágrafo 1º do artigo 31 da Constituição Estadual, artigo 61, consiste em órgão auxiliar do Poder Legislativo no exercício do seu controle externo das contas do Executivo Municipal, bem como na fiscalização das próprias contas da Câmara Municipal de Vereadores.

II – VOTO DO RELATOR

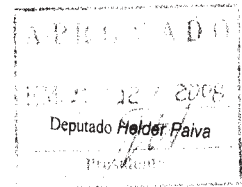
De acordo com o art. 24, § 1º, do Regimento Interno, compete a estas Comissões examinar o Projeto e as emendas quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Analisando as proposições à luz do ordenamento jurídico-constitucional em vigor, vemos presentes os pressupostos de competência e iniciativa legislativa, haja vista tratar-se de matéria atinente, especificamente, a órgão auxiliar do Poder Legislativo, estando preservada a autonomia conferida ao TCE pelo art. 96 da Carta Federal, c/c art. 61 da Carta Acreana e pelo Orçamento em vigor Lei n. 1.971/07 e Lei n. 1.913/07, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar n. 13/08, juntamente com a Emenda Aditiva n. ____/2008, respeitando, todavia os demais membros destas Comissões e do soberano Plenário deste Parlamento.

É o Parecer.
S.M.J.

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de dezembro de 2008

Deputado HELDER PAIVA
Relator



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.13/2008
AUTORIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
EMENTA: "Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar n. 38, de 27 de dezembro de 1993."

EMENDA ADITIVA N. ____/2008

O art. 3º, do Projeto de Lei Complementar n. 13, de 9 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando os demais:

"Art. 3º Para atender as despesas de estruturação, organização e funcionamento deste órgão e outras decorrentes desta lei, ocorrerá à Conta do Orçamento do próprio Tribunal de Contas do Estado - TCE."

Sala das Comissões "Deputado ILSON RIBEIRO",
10 de dezembro de 2008

Deputado HELDER PAIVA

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado MOISÉS DINIZ (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado TAUMATURGO LIMA (PT)

TITULARES:

Deputados:

JOSÉ LUÍS (PMN)
LUIZ CALIXTO (PDT)
DELORGEM CMAPOS (PSB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPETUA DE SÁ (PT)
NEY AMORIM (PT)
HELDER PAIVA (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado JOSEMIR ANUTE (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NOGUEIRA LIMA (DEM)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
JOSÉ LUIS (PMN)
DONALD FERNANDES (PSDB)

SUPLENTE:

Deputados:

NEY AMORIM (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)
LUIZ GONZAGA (PSDB)

III – PARECER

PRESIDENTE: Deputado HELDER PAIVA (BPR)

VICE-PRESIDENTE: Deputado NEY AMORIM (PT)

TITULARES:

Deputados:

FRANCISCO VIGA (PT)
DELORGEM CAMPOS (PSB)
CHAGAS ROMÃO (PMDB)

SUPLENTE:

Deputados:

PERPETUA DE SÁ (PT)
TAUMATURGO LIMA (PT)
MOISÉS DINIZ (BPR)
WALTER PRADO (PSB)
ANTÔNIA SALES (PMDB)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO
DO ESTADO DO ACRE
Editado pela:
Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social
Diretor Responsável:
João Roberto Braão Bezerra
Inscrição 13198
Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:
Juscilina Barbosa Pinheiro
Apoio:
Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.